

## ESCOLHA DO TEMA DE TRABALHO DE CURSO NA GRADUAÇÃO EM DIREITO

### CHOICE OF THE THEME OF MONOGRAPH IN THE BACHELOR IN LAW

**Jonas Rodrigo Gonçalves**

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>

Universidade Católica de Brasília, UCB, DF, Brasil

E-mail: [professorjonas@gmail.com](mailto:professorjonas@gmail.com)

#### **Resumo**

A escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito é complexa. Parte-se do seguinte problema “A escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui um grande desafio?”. Como hipótese, acredita-se que sim. O objetivo geral deste manuscrito é investigar se existe complexidade para um universitário do Bacharelado em Direito na escolha do tema do seu Trabalho de Curso. Sendo os objetivos específicos: apresentar fatores internos e externos que influenciam na escolha do tema de um Trabalho de Curso de Direito; sugerir um caminho para tornar a delimitação do tema mais simples e objetiva; listar assuntos e conteúdos separados por áreas do Direito, a partir do estudo de ementários do curso. Há relevância deste estudo para alunos e professores orientadores do curso de Direito, para a ciência jurídica e para a sociedade. Trata-se de uma pesquisa teórica e documental com duração de três meses.

**Palavras-chave:** Tema. TCC. Direito. Trabalho de Curso. Monografia Jurídica.

#### **Abstract**

*Choosing the topic of a Course Paper in a law degree is complex. It starts with the following problem: “Is choosing the topic of a Course Paper in a degree in Law a great challenge?”. As a hypothesis, it is believed so. The general objective of this manuscript is to investigate whether there is complexity for a university graduate in the Bachelor of Laws in choosing the topic of Course Work. The specific objectives are: to present internal and external factors that influence the choice of theme for a Law Course Paper; suggest a way to make the definition of the theme simpler and more objective; list subjects and contents separated by areas of Law, based on the study of course textbooks. This study is relevant for students and faculty advisors in the Law course, for legal science and for society. It is a theoretical and documentary research lasting three months.*

**Keywords:** *Theme. Completion of course work. Right. Course work. Legal Monograph.*

## 1. Introdução

A escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui um grande desafio. Determinados alunos encontram dificuldade em escolher uma dentre muitas ideias temáticas que lhe surgem; outros alunos sofrem do exato oposto: sequer imaginam qual seria um bom tema.

Gonçalves (2019a, p. 33) destaca como fator interno a afetividade em relação a um tema ou mesmo o alto grau de interesse pessoal naquele assunto. Para se trabalhar uma pesquisa, é preciso ter um mínimo de prazer nesta atividade. Logo, escolha do tema está vinculada ao gosto pelo assunto a ser trabalhado. Trabalhar um assunto que não seja do agrado do estudante tornará a pesquisa um exercício de sofrimento e tortura.

Parte-se do seguinte problema “A escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui um grande desafio?”. Ou seja, é complexo para um universitário do Bacharelado em Direito escolher o tema do seu Trabalho de Curso, requisito obrigatório para a conclusão de sua graduação nesta área?

O tempo disponível para a realização do trabalho de pesquisa, segundo Gonçalves (2019a, p. 33), também é um relevante fator interno a ser observado. Ressalta que, na escolha do tema, tem de ser levada em consideração a quantidade de atividades que o discente precisa cumprir para executar o trabalho. Além disso, precisa considerar o tempo dos trabalhos que precisa cumprir no seu próprio cotidiano, que não estão relacionados à pesquisa.

Tem-se a seguinte hipótese “A escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui um grande desafio.”. Ou seja, há complexidade para um universitário do Bacharelado em Direito escolher o tema do seu Trabalho de Curso, o qual é requisito obrigatório para a conclusão de sua graduação nesta área.

Outro fator interno importante a ser considerado é o limite das capacidades do pesquisador em relação ao tema pretendido. É necessário que o aluno tenha consciência da limitação de seus conhecimentos para não entrar num assunto que não domine. Se o maior domínio do discente é em Direito do Trabalho, por exemplo, ele deve se ater aos temas relacionados a esta área (GONÇALVES, 2019a, p. 33).

O objetivo geral deste manuscrito é analisar se a escolha do tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui como um grande desafio. Isto é, investigar se existe complexidade para um universitário do Bacharelado em Direito na escolha do tema do seu Trabalho de Curso, o qual é requisito obrigatório para a conclusão de sua graduação nesta área.

Para Gonçalves (2019b, p. 06), um fator externo a ser observado é a significação do tema escolhido para a comunidade científica da área jurídica, sua novidade, sua oportunidade e seus valores acadêmicos e sociais. Aduz que devemos tomar cuidado para não executarmos um trabalho que não interessará a ninguém, na escolha do tema. Se o trabalho merece ser feito, que ele tenha uma certa importância para as pessoas, para os grupos de pessoas ou para a sociedade como um todo.

Este artigo traz os seguintes objetivos específicos: apresentar fatores internos e externos que influenciam na escolha do tema de um Trabalho de Curso de Direito; sugerir um caminho para tornar a delimitação do tema mais simples e objetiva; listar assuntos e conteúdos separados por áreas do Direito, a partir do estudo de ementários do curso.

Outro fator externo apontado por Gonçalves (2019b, p. 06), é o próprio limite de tempo disponível para a conclusão do trabalho, estabelecido pela instituição de ensino. Quando a instituição determina um prazo para a entrega do trabalho final da pesquisa, não se pode enveredar por assuntos que não permitirão cumprir este prazo. O tema escolhido deve estar delimitado dentro do tempo possível para a conclusão do trabalho. Isso determinará, por exemplo, se o aluno terá tempo hábil para realizar uma pesquisa mais empírica, de campo ou documental, ou para realizar uma revisão de literatura, por exemplo.

Este trabalho é importante para professores e orientadores do curso de Direito, pelo fato de facilitar o processo de definição do tema do Trabalho de Curso de seus orientandos. Muitas vezes o início do fluxo que envolve o processo de orientação demora a ocorrer justamente pela dificuldade do aluno em delimitar seu tema.

Gonçalves (2019b, p. 06) também aponta como fator externo o material de consulta e os dados de que o pesquisador necessita, evidenciando a disponibilidade de material para consulta como um outro problema na escolha do tema. Muitas vezes o tema escolhido é pouco trabalhado por outros autores e não existem fontes secundárias para consulta. A falta dessas fontes obriga o pesquisador a buscar fontes primárias que necessitam de um tempo maior para a realização do trabalho. Este problema não impede a realização da pesquisa, mas deve ser levado em consideração para que o tempo institucional não seja ultrapassado.

Para a ciência jurídica, há relevância nesta proposta por permitir que a correta e bem feita escolha do tema possa permitir que melhores trabalhos e pesquisas possam ser realizados, ainda no nível da graduação. Escolher fazer uma revisão de literatura, por exemplo, sem que haja artigos e livros abordando o tema deve levar o discente a buscar desenvolver um outro assunto. Optar por pesquisar um tema ainda muito novo e com poucos achados publicados pode despertar no aluno a ideia de querer produzir a partir de coleta de dados primária,

contudo, raramente isso caberá no tempo institucional destinado ao Trabalho de Curso.

Um artigo de revisão de literatura é um artigo acadêmico que irá partir de outros artigos científicos ou acadêmicos, ou ainda de livros ou capítulos de livros, que sejam considerados referências basilares e relevantes daquela temática específica. Em um artigo de revisão de literatura, faz-se um referencial teórico a partir de autores que tenham publicado pesquisas consolidadas sobre o assunto em questão (GONÇALVES, 2020a, p. 97-98).

Para a sociedade, a contribuição existe, embora seja mais indireta. Como que de forma encadeada, um tema bem escolhido pode gerar um bom Trabalho de Curso na graduação em Direito. Essa pesquisa pode vir a despertar no discente a vontade de dar continuidade no desenvolvimento mais aprofundado do tema, produzindo ciência e reflexão jurídica, que, em seu fim último, pode promover leis e jurisprudências que levem essa produção científica em consideração.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 45), após a escolha do assunto, o próximo passo é delimitá-lo, sendo importante evitar eleger temas muito amplos que ou são inviáveis enquanto objeto de pesquisa aprofundada, ou podem conduzir a divagações, repetições de lugares-comuns ou “descobertas” já superadas, ou promover discussões intermináveis.

Antes de qualquer coisa, releva destacar que este artigo não objetiva se enquadrar como única visão sobre o tema abordado. Ele representa apenas mais uma estratégia didática no intuito de facilitar o processo de escolha do tema. Tem por finalidade, então, de forma prática, apenas compartilhar uma metodologia simplificada que logrou sucesso, testada e experimentada em duas décadas de orientação deste público-alvo para a elaboração deste tipo de trabalho.

## **2. Metodologia**

Este trabalho traz uma pesquisa do tipo teórica e documental. Teórica porque se pauta publicações sobre: escolha do tema; elaboração de artigo de revisão de literatura; elaboração de projeto de pesquisa; elaboração de resenha de artigo científico ou acadêmico; modelo de artigo de revisão de literatura; modelo de resumo estendido; modelo de resenha de artigo científico ou acadêmico. Também se trata de uma pesquisa documental, pois foram estudados ementários de graduação em Direito, publicados com download gratuito na internet, dos quais foram extraídos os assuntos e os conteúdos de cada área do Direito.

Este artigo parte de outras publicações autorais que, enquanto instrumental utilizado, serviram como a base bibliográfica deste trabalho: Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico (GONÇALVES, 2020a); Como escrever um artigo de revisão de literatura (GONÇALVES,

2019a); Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura (GONÇALVES, 2019b); Metodologia Científica e Redação Acadêmica (GONÇALVES, 2019c); Modelo de artigo de revisão de literatura científico (GONÇALVES, 2020b); Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico (GONÇALVES, 2020c); Modelo de resumo estendido científico (GONÇALVES, 2020d).

Como critérios de exclusão das bases de dados foram elencados: abordar apenas sobre a escolha do tema do Trabalho de Curso; delimitar a área de formação exclusiva para o Bacharelado em Direito; utilizar materiais autorais objetivando uma inter-relação com os demais materiais já produzidos que se correlacionam com o tema deste manuscrito; utilizar apenas planos de ensino e ementário de curso de Direito, cujos downloads se encontrassem gratuitos na internet. O tempo previsto para elaboração deste trabalho foi de três meses.

Pode-se considerar esta pesquisa como qualitativa, uma vez que foram tratados os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica, considerando os aspectos relevantes levantados pela análise dos respectivos manuscritos. Um artigo de revisão de literatura traz à baila conteúdos advindos de obras para serem analisados e discutidos. Essa reflexão acerca do arcabouço teórico localizado e selecionado sobre aquele determinado tema em questão, mesmo que de maneira secundária, poderá promover novas nuances ou novos encaminhamentos que possam suprir desmembramentos futuros.

Ajuda muito se o acadêmico estiver com papel e caneta sempre à mão quando da elaboração do seu trabalho, para que possa anotar todas as ideias. Geralmente gostamos de confiar em nossa memória, porém, quando não anotamos, perdemos pontos importantíssimos de nossa pesquisa. Com esse monte de papéis – ou mesmo anotações digitais – preferencialmente soltos e, por enquanto, não organizados, deve-se fazer um roteiro, objetivando organizar uma determinada ordem, a partir da proximidade ideológica dos temas e subtemas. Diante disso, faz-se essencial aprender a fazer um texto dissertativo envolvendo os tópicos dessa tempestade cerebral. Quando conseguimos dividir o tema genérico em pequenas partes, ou itens, poderemos redigir sobre cada uma das partes, facilitando significativamente o desenvolvimento do texto (GONÇALVES, 2019c, p. 11,12,42).

### **3. Escolha do tema de Trabalho de Curso na graduação em direito**

A escolha tema de um Trabalho de Curso na graduação em Direito se constitui como um grande desafio. É necessário minimizar essa complexidade para um universitário do Bacharelado em Direito na escolha do tema do seu Trabalho de Curso, o qual é requisito obrigatório para a conclusão de sua graduação nesta área.

Nessa perspectiva de simplificar o processo de escolha do tema, de maneira objetiva, algumas metas se fazem necessárias: apresentar fatores

internos e externos que influenciam na escolha do tema de um Trabalho de Curso de Direito; sugerir um caminho para tornar a delimitação do tema mais simples e objetiva; listar assuntos e conteúdos separados por áreas do Direito, a partir do estudo de ementários do curso. Observemos cada um desses três pontos a seguir de maneira mais detalhada.

### **3.1. Fatores internos e externos que influenciam na escolha do tema de um Trabalho de Curso de Direito**

Vários fatores interferem e influenciam direta ou indiretamente na escolha do tema. Geralmente se separam esses fatores em fatores internos e fatores externos. Os fatores internos possuem relação apenas com questões do universo particular do pesquisador, neste caso, o aluno do Bacharelado em Direito. Já os fatores externos são os elementos que não dependem do pesquisador, mas sim da instituição ou mesmo de outros elementos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2007, p. 44-45), os fatores internos consistem em: realizar a seleção de um assunto conforme as inclinações, as tendências e as aptidões de quem se propõe a elaborar um trabalho científico; fazer a opção por um assunto que seja compatível com as qualificações pessoais, no que tange à formação do pesquisador; localizar um objeto que mereça investigação científica e possua condições de ser formulado e delimitado em função da própria pesquisa.

Marconi e Lakatos (2007, p. 45) afirmam que os fatores externos requerem: ter disponibilidade de tempo para realização de uma pesquisa completa e com profundidade; existirem obras que sejam pertinentes ao assunto em quantidade suficiente para estudar globalmente o tema; ser possível a consulta e o acompanhamento do professor orientador, para a correta análise e interpretação dos achados acadêmicos ou científicos.

### **3.2. Sugestão de caminho para tornar a delimitação do tema mais simples e objetiva**

No intuito de simplificar o processo de escolha do tema do Trabalho de Curso, buscando tornar esta delimitação mais simples e objetiva, sugere-se o seguinte passo a passo:

#### **3.2.1. Passo 01: Escolha da disciplina já cursada de maior domínio**

É importante que o bacharelado se recorde da disciplina que mais gostou do curso – que já tenha cursado, alcançado ótima nota, entendido muito bem seu conteúdo. É muito importante que o estudante de Direito realize a consulta ao seu histórico escolar para se lembrar qual foi o componente curricular em que teve mais facilidade de assimilação do conteúdo.

Muitas vezes esta percepção está atrelada a bons professores com os quais o estudante tenha tido contato. Mas isso pode atrapalhar o processo, pois

nem sempre o aluno domina mais o tema da disciplina de professores de excelência. Por vários motivos, o estudante pode sentir ter maior domínio de disciplinas ministradas por professores que não o impactaram efetivamente.

### **3.2.2. Passo 02: Localização da ementa da disciplina já cursada de maior domínio**

O estudante deve localizar a ementa desta disciplina. Isso pode ocorrer mediante contato com o monitor da disciplina ou aos seus colegas de curso, ou mesmo pedindo diretamente ao professor que a ministrou, através de pesquisa na internet de ementários de Direito (a maioria disponível para download gratuito).

Para facilitar este processo, este artigo traz uma lista de assuntos por área do curso de Direito, a partir de pesquisa realizada em ementários do curso de Direito, cujos downloads estivessem disponíveis com gratuidade. Foi possível inter-relacionar vários planos de ensino de diversas instituições, no intuito de tornar a lista o mais abrangente possível.

### **3.2.3. Passo 03: Escolha de um assunto de maior domínio**

O discente precisa encontrar nesta ementa da disciplina escolhida, ou nesta lista aqui disponibilizada, um tópico do conteúdo programático (assunto) que sinta ter pleno domínio. O aluno não deve balançar neste momento da escolha, no sentido de não estar convicto de seu domínio sobre este determinado tópico.

Um erro muito comum é o estudante decidir escolher um assunto que não domine buscando entender mais sobre ele, isso seria o que poderia popularmente ser chamado de “tiro no próprio pé”. Não se pode arriscar quando se está realizando o Trabalho de Curso, sem dúvidas a pesquisa mais complexa de toda a sua graduação.

### **3.2.4. Passo 04: Pesquisa em buscadores acadêmicos confiáveis**

Uma tendência na pesquisa sobre o assunto a ser desenvolvido é o estudante digitar diretamente na barra de busca do navegador o tópico de seu interesse. Isso está errado. Como não haverá um filtro acadêmico, aparecerá tudo o que os “robôs” daquele navegador localizarem contendo as palavras-chave ali digitadas.

Logo, precisam ser utilizados buscadores acadêmicos confiáveis, como o Google Acadêmico ou o Portal de Periódicos da Capes, por exemplo. Ambos já fazem a triagem para mostrar como resultado desta busca apenas trabalhos acadêmicos, a maior parte publicados em periódicos, ou seja, revistas acadêmicas ou científicas.

Para acessar o Google Acadêmico, o estudante poderá buscar em seu navegador “Google Acadêmico”, isso o levará a esta página, que não é a mesma do Google, mas sim um novo portal. Também pode já entrar diretamente no Google Acadêmico por meio de link específico (<https://scholar.google.com.br>). Estando na página própria do Google Acadêmico, o aluno deve buscar pelo tópico (assunto) que escolheu anteriormente.

Para acessar o Portal de Periódicos da Capes, o discente poderá buscar em seu navegador “Portal de Periódicos da Capes”, isso o levará a esta página que reúne as publicações nas principais revistas acadêmicas. Também pode já entrar diretamente no Portal de Periódicos da Capes através de link específico (<https://periodicos.capes.gov.br>). Estando na página própria do Portal de Periódicos da Capes, o estudante deve buscar pelo tópico (assunto) que escolheu anteriormente em “buscar assunto”. Releva destacar que este portal permite que o estudante, em “busca avançada”, consiga aplicar filtros, como limitação de período das publicações ou mesmo outros refinamentos de busca.

### **3.2.5. Passo 05: Localização de artigos sobre o assunto escolhido**

Seja no Google Acadêmico, seja no Portal de Periódicos da Capes – ou buscadores acadêmicos similares, caso o orientador o permita –, o aluno deve localizar artigos acadêmicos ou científicos sobre este assunto que escolheu por ter maior domínio. É importante observar se o título desses artigos localizados dá o direcionamento que o estudante gostaria de abordar.

Ao pretender realizar um artigo de revisão de literatura, o aluno deverá localizar no mínimo cinco artigos acadêmicos ou científicos que abordem o assunto pesquisado com o mesmo direcionamento pretendido pelo estudante do Bacharelado em Direito. É crucial checar o direcionamento dado ao assunto para observar se é compatível com o que o discente pretende abordar. Em termos práticos, os artigos localizados precisam dizer exatamente o que o bacharelado pretende falar.

E se o estudante não conseguir localizar artigos que abordem exatamente o que ele pretende dizer? Simples, ele deve mudar de assunto. Deve, portanto, voltar ao terceiro passo, escolhendo um outro tópico do conteúdo programático daquela mesma disciplina que também sinta ter pleno domínio. Pode também optar por mudar de disciplina ou área temática dentro do Direito. Só não pode é passar para o sexto passo sem ter localizado no mínimo cinco artigos abordando o que ele pretende dizer.

### **3.2.6. Passo 06: Verificação da qualidade acadêmica dos artigos localizados**

Em geral, não é tão simples determinar se um artigo possui qualidade acadêmica ou científica. No entanto, há alguns elementos objetivos que podem minimizar as chances de escolha de artigos sem qualidade: quantidade de



autores por artigo; titulação dos autores do artigo; qualidade do periódico medida por seus indexadores ou pelo selo Qualis Periódicos da Capes.

Para simplificar esse entendimento, partindo de um rigor mínimo, compatível com o nível de graduação em Direito, sugerem-se três regras básicas para a verificação da qualidade acadêmica dos artigos localizados: que cada artigo tenha no máximo três autores; que, dentre os autores de cada artigo, haja pelo menos um dos autores que seja mestre ou doutor; que a revista acadêmica onde o artigo foi publicado possua ISSN.

A primeira regra básica se refere ao número de autores. Podem ser escolhidos artigos com um autor, com dois autores, ou com três autores. Porém, neste método proposto neste trabalho não se sugere a utilização de artigos escritos por quatro ou mais autores. Quando há muitos autores no mesmo artigo, há dificuldade de o leitor entender exatamente a contribuição de cada um deles com o manuscrito.

A segunda regra básica se refere à titulação dos autores. Se finalizar a graduação em Direito já é algo complexo, imaginemos conseguir ingressar em um programa de mestrado ou doutorado e concluir esta formação. Quanto mais se estuda, a tendência é que haja mais rigor com o que se é publicado. Por isso, é essencial que todos os artigos selecionados tenham pelo menos um dos autores que seja portador do título de mestre ou doutor.

A terceira regra básica se refere à qualidade do veículo de publicação que incide diretamente sobre a qualidade dos artigos ali publicados. A Capes possui uma estratificação das revistas acadêmicas em nove patamares – A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4, C – em que A1 é considerado o veículo com maior qualidade e C o que possui menor rigor acadêmico. Logo, o melhor é sempre partir de publicações que estejam entre os melhores estratos de Qualis Periódicos (Capes).

Contudo, considerando que muitos veículos de publicação de artigos de natureza jurídica são apenas sites, blogs, páginas institucionais de tribunais ou outros órgãos públicos, sugere-se que todos os artigos escolhidos tenham sido publicados em revistas acadêmicas ou científicas que possuam ISSN, emitido pelo IbiCT que, com critérios mínimos, contempla aquela publicação com este primeiro selo de qualidade.

Na prática, o aluno deve conferir se os artigos localizados atendem aos critérios: até três autores por artigo; pelo menos um dos autores mestre ou doutor em cada artigo; revista que publicou cada artigo com ISSN.

### **3.2.7. Passo 07: Escolha de pelo menos cinco artigos dentro dos critérios**

O aluno deve escolher pelo menos cinco artigos dentro dos critérios explicados no sexto passo. Pode escolher mais do que cinco artigos, sem problemas, porém, para desenvolver um artigo de revisão de literatura, o aluno precisará partir de no mínimo cinco obras. Já o estudante que irá elaborar uma

monografia, precisará selecionar trinta obras, podendo ser vinte artigos e dez livros.

E se o estudante não conseguir localizar pelo menos cinco artigos que atendam aos critérios estabelecidos? Simples, ele deve mudar de assunto. Precisa, portanto, voltar ao terceiro passo, escolhendo um outro tópico do conteúdo programático daquela mesma disciplina que também sinta ter pleno domínio. Pode também optar por mudar de disciplina ou área temática dentro do Direito. Só não pode é passar para o oitavo passo sem ter localizado no mínimo cinco artigos abordando o que ele pretende dizer e que atendam aos critérios descritos no sexto passo.

### **3.2.8. Passo 08: Leitura dos resumos dos artigos selecionados**

O discente precisa ler pelo menos os resumos desses artigos selecionados, para checar se dizem o que você pretende abordar em seu trabalho. Muitas vezes o título do artigo parece indicar determinado direcionamento que o resumo ou o próprio artigo o anuem ou contrariam. O ideal seria ler o artigo na integralidade, ação que será obrigatória em momento posterior. Porém, neste momento que compreende a escolha do tema, apenas a leitura atenta dos resumos já atende.

### **3.2.9. Passo 09: Delimitação do tema**

Com base na leitura desses resumos dos cinco artigos já selecionados, o aluno deve escrever seu tema, com no mínimo dez e no máximo vinte palavras. Esta frase temática que irá delimitar o tema precisa especificar exatamente o que o discente pretende abordar em seu Trabalho de Curso, dando ao leitor, já pelo título, o direcionamento pretendido pelo estudante.

Todas as palavras que compõem o título entram nessa contagem. Por exemplo, possui onze palavras o título deste artigo “Escolha do tema de Trabalho de Curso na graduação em Direito”. Reparemos que também entram nessa contagem as contrações “do” e “na”, e as preposições “de” e “em”.

### **3.2.10. Passo 10: Conferência dos passos anteriores**

Para que a proposta deste artigo dê certo, o estudante precisa seguir à risca cada um dos nove passos anteriores. O aluno não deve, então, propor-se a definir o tema de seu Trabalho de Curso sem ter seguido criteriosamente os passos anteriores. Isso será crucial para que a delimitação do tema ocorra de maneira simples e objetiva, facilitando as demais fases do processo de produção deste complexo trabalho exigido para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

## **3.3. Lista de assuntos e conteúdos por área do Direito**

Como orientandos sempre reportam certa dificuldade em localizar determinados planos de ensino (ementas) de disciplinas cursadas em semestres

anteriores, este artigo propõe a seguinte listagem de assuntos e conteúdos separados por áreas do Direito, a partir do estudo de ementários do curso, localizados com gratuidade de download na internet.

Esta lista de assuntos e conteúdos por área do Direito pode servir de inspiração para a escolha do tema do seu Trabalho de Curso. É sempre importante ressaltar que, como o Direito muda de maneira ininterrupta, ou seja, o tempo todo, o leitor deste manuscrito, por favor, deve desconsiderar algum assunto já não mais válido. As áreas temáticas seguirão a subdivisão deste artigo, porém, para facilitar, os assuntos ou conteúdos terão numeração sequencial e contínua.

### **3.3.1. Antropologia Jurídica**

- 01.Introdução à Antropologia e Antropologia Jurídica.
- 02.A Gênese do Direito nas Sociedades Ágrafas.
- 03.Bronislaw Malinowski e a Contribuição ao Ensino da Antropologia Jurídica.
- 04.Modos de Solução de Controvérsias na Sociedade Ágrafa.
- 05.Sistemas Legais Comparados à Luz da Antropologia Jurídica.
- 06.O Direito nas Sociedades Complexas: Direito e Tecnologia.
- 07.Problemas e Desafios da Antropologia Jurídica no Brasil.
- 08.Direito das Minorias: Direitos Indígenas e Quilombolas.
- 09.Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei 11.645/2008 e Res.CP/CNE 1/2004).

### **3.3.2. Ciência Política**

- 10.A origem da reflexão política.
- 11.Introdução à Ciência Política: o conceito de política.
- 12.As teorias da origem do Estado.
- 13.Os conceitos de território, povo, governo, soberania, partidos políticos, sistema eleitoral.
- 14.Pensamento político clássico: Platão, Aristóteles e Políbio.
- 15.Pensamento político moderno: Maquiavel, Bodin, Hobbes, Vico, Montesquieu, Hegel e Marx.
- 16.Introdução à Teoria do Estado.
- 17.Sociedade, classes sociais, mudança social e Estado.
- 18.Relação entre cidadão e Estado - uma questão de Direitos Fundamentais.
- 19.Instituições e processos políticos.
- 20.Políticas públicas de inserção de cotas relacionadas a afrodescendentes e indígenas.
- 21.Temas da Ciência Política brasileira contemporânea: soberania e globalização.
- 22.Elementos históricos e culturais e desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

### **3.3.3. Direito Administrativo**

- 23.Estado.
- 24.Administração Pública.
- 25.Fundamentos constitucionais da Administração.
- 26.Regime Jurídico Administrativo.
- 27.Princípios Administrativos Públicos.
- 28.Cotas especiais nos Concursos públicos.
- 29.Descongestionamento.
- 30.Órgão Público.
- 31.Administração Pública Indireta.
- 32.Ato Administrativo.
- 33.Licitação e sustentabilidade.
- 34.Contrato Administrativo.
- 35.Poder Administrativo.
- 36.Princípios e garantias constitucionais do Processo Administrativo.
- 37.Processo Administrativo.
- 38.Regime Constitucional dos Agentes Públicos.
- 39.Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.
- 40.Bens Públicos.
- 41.Intervenção do Estado na Propriedade e no Domínio Econômico.
- 42.Controle da Administração Pública.
- 43.Serviços Públicos.

### **3.3.4. Direito Ambiental**

- 44.Fundamentos constitucionais do Direito Ambiental.
- 45.Direito fundamental à Qualidade do Meio Ambiente.
- 46.Noções, conceito, relações do Direito Ambiental com os demais ramos do Direito.
- 47.Políticas de Educação Ambiental (Lei 97956/1999 e Dec. 4281/2002).
- 48.Educação ambiental e conscientização socioambiental.
- 49.Zoneamento ambiental.
- 50.Demarcação de reservas indígenas.
- 51.Responsabilidade civil e reparação de dano.
- 52.Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- 53.Poluição.
- 54.Proteção do patrimônio ambiental.
- 55.Lei dos Crimes ambientais.
- 56.Visão sistêmica do Direito Ambiental.

### **3.3.5. Direito Notarial e Registral**

57.Direito Notarial e Registral: Conceito e Natureza Jurídica.

58.Introdução ao Sistema Notarial e Registral.

59.Registro Civil das Pessoas Naturais.

60.Registro de Títulos e Documentos.

61.Registro de Imóveis.

62.Tabelionato de Notas.

63.Tabelionato de Protestos.

### **3.3.6. Direito Civil - Obrigações**

64.Introdução ao direito das obrigações.

65.Estrutura da Obrigação.

66.Fontes das Obrigações.

67.Modalidades das Obrigações.

68.Transmissão das Obrigações.

69.Adimplemento e Extinção das Obrigações.

70.Inadimplemento das Obrigações.

### **3.3.7. Direito Civil - Teoria Geral dos contratos**

71.Teoria Geral dos contratos.

72.A função social dos contratos.

73.Formação dos contratos.

74.Classificação dos contratos.

75.Vícios Redibitórios.

76.Evicção.

77.Extinção do contrato.

78.Responsabilidade contratual.

79.Responsabilidade Civil.

80.Estudos sobre responsabilidade civil por danos ambientais.

81.A garantia constitucional da ampla reparação dos danos à pessoa humana.

82.Noções gerais sobre responsabilidade civil.

83.Espécies de responsabilidade.

84.Pressupostos e Elementos da responsabilidade civil.

85.As excludentes de responsabilidade.

### **3.3.8. Direito Civil – Contratos Civis e Mercantis**

86.Contratos em espécie: Compra e venda, troca ou permuta, promessa de compra e venda.

87.Contrato estimatório.

88.Doação.

89.Locação: de coisas e de prédios urbanos, residenciais e não residenciais.

90.Direito Fundamental a moradia digna.

91.Fiança.

92. Empréstimo: Comodato e mútuo.
93. Prestação de serviços.
94. Empreitada.
95. Depósito voluntário e necessário.
96. Transporte.
97. Mandato.
98. Comissão.
99. Agência e distribuição.
100. Corretagem.
101. Seguro.
102. Jogo e aposta.
103. Transação.
104. Compromisso.
105. Constituição de renda.
106. Atos Unilaterais: promessa de recompensa.
107. Atos Unilaterais: gestão de negócios.
108. Atos Unilaterais: pagamento indevido.
109. Atos Unilaterais: enriquecimento ilícito.

### **3.3.9. Direito Civil – Posse e Propriedade**

110. Direitos reais e direitos pessoais.
111. Posse.
112. Efeitos da posse.
113. Limitação ao direito de propriedade e a proteção ambiental.
114. Propriedade e sua constitucionalização.
115. A função social da propriedade e o direito à moradia.
116. Direito fundamental ao patrimônio mínimo e a teoria do umbral.
117. Condomínio.
118. Propriedade resolúvel.
119. Princípios do Direito Urbanístico.
120. Direito de Vizinhança.
121. Direitos reais sobre coisas alheias.
122. Do gozo.
123. Da aquisição.
124. Da garantia.
125. Propriedade literária, científica e artística.

### **3.3.10. Direito Civil – Família**

126. História e Evolução do Direito de Família.
127. A Família na Constituição Federal.
128. Casamento: evolução histórica e teorias sobre o casamento.
129. Estudo dos regimes jurídicos matrimoniais e a sociedade conjugal.

- 130.Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal.
- 131.União estável: constituição e dissolução.
- 132.Relações de parentesco; parentesco natural e adoção.
- 133.Guarda e Alimentos.
- 134.Direito patrimonial.
- 135.Bem de família.
- 136.Tutela e Curatela.
- 136.Os Direitos Fundamentais da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

### **3.3.11. Direito Civil – Sucessões**

- 137.História e Evolução do Direito das Sucessões.
- 138.O direito à herança como garantia constitucional.
- 139.Da herança e de sua administração.
- 140.Vocação hereditária.
- 141.Aceitação e renúncia da herança.
- 142.Dos excluídos da sucessão.
- 143.Herança jacente.
- 144.Da petição de herança.
- 145.Dos herdeiros necessários.
- 146.Direito de representação.
- 147.Do testamento em geral.
- 148.Da capacidade de testar.
- 149.Das formas ordinárias e especiais de testamento.
- 150.Do codicilo.
- 151.Dos Legados do direito de acrescer.
- 152.Das substituições.
- 153.Da deserdação.
- 154.Do inventário.
- 155.Da partilha.
- 156.Da colação.
- 157.Da sonegação.

### **3.3.12. Direito Constitucional**

- 158.Constituições Brasileiras.
- 159.Teoria Geral dos Direitos Naturais, Humanos e Fundamentais.
- 160.Constituição e Direito Internacional.
- 161.Igualdade, ações afirmativas e sistema de cotas.
- 162.Meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- 163.Sindicalismo.
- 164.Nacionalidade.
- 165.Sistema Federativo e Federação.

- 166.Noções da Administração Pública.
- 167.O Poder Legislativo.
- 168.O Processo Legislativo.
- 169.O Poder Executivo.
- 170.O Poder Judiciário.
- 171.Noções de controle de Constitucionalidade.
- 172.A constitucionalidade do sistema de cotas raciais: estudo comparado.
- 173.O desenvolvimento sustentável e a Ordem econômica.

### **3.3.13. Direito Processual Constitucional**

- 174.Teoria Constitucional.
- 175.Teoria dos Direitos Fundamentais.
- 176.A Constituição Federal e o processo.
- 177.Direito constitucional processual e direito processual constitucional.
- 178.Os princípios da ampla defesa, contraditório, direito de ação.
- 179.Remédios constitucionais.
- 180.O controle jurisdicional da constitucionalidade.
- 181.A defesa da cidadania.

### **3.3.14. Ética Geral e Profissional em Direito**

- 182.Moral.
- 184.Ética.
- 185.Axiologia Jurídica.
- 186.Representações sociais e sua integração com a diceologia e deontologia jurídicas no exercício profissional da advocacia.
- 187.Direito Fundamental de acesso à Justiça.
- 188.Função constitucional do advogado e o direito fundamental à ampla defesa.
- 189.Função institucional da advocacia.
- 190.Papel da OAB na defesa dos direitos das minorias e na proteção do meio ambiente.
- 191.Dupla característica da advocacia (pública e privada).
- 192.Código de Ética e Disciplina da OAB, Estatuto da Advocacia e da OAB e seu Regulamento.
- 193.Ética das profissões jurídicas indispensáveis ao funcionamento do Estado Democrático de Direito: Magistratura, Ministério Público, Delegados de Polícia e Defensores Públicos.

### **3.3.15. Filosofia Geral e Jurídica**

- 194.Filosofia como forma de conhecimento - Importância e Nascimento da Filosofia.
- 195.Filosofia e Filosofia do Direito.



- 196.Filosofia do Direito e Ciência do Direito.
- 197.Tópicos jus- filosóficos.
- 198.Direito Natural e Direito Positivo.
- 199.Contribuições dos Gregos e Romanos para Filosofia e Filosofia do Direito.
- 200.Justiça.
- 201.Moral.
- 202.A questão ética.
- 203.Fundamentos filosóficos da Igualdade e Liberdade.
- 204.Descartes, Kant, a Revolução Francesa.
- 205.Direitos Humanos e a questão racial.
- 206.A sobrevivência do ser humano e proteção ambiental como questão ética.

### **3.3.16. História do Direito**

- 207.Introdução à História do Direito.
- 208.O Direito na Antiguidade Oriental.
- 209.O Direito Hebraico.
- 210.O Direito na Índia Antiga.
- 211.O Direito na Grécia Antiga.
- 212.O Direito Romano.
- 213.História do Direito Brasileiro: O Direito no Brasil-Colônia, Reino e Império - até as Leis Abolicionistas.
- 214.Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei 11.645/2008 e Res.CP/CNE 1/2004).

### **3.3.17. Introdução ao Estudo do Direito**

- 215.Noções de Direito.
- 216.Fontes do Direito.
- 217.Teoria do Ordenamento Jurídico e Norma Jurídica.
- 218.Interpretação das Normas Jurídicas Direito Objetivo e Subjetivo.
- 219.Fato Jurídico.
- 220.Relação Jurídica.
- 221.Noções de História do Direito.
- 222.Noções de Direito.
- 223.Teoria do Ordenamento Jurídico e Norma Jurídica.
- 224.Direito Objetivo e Subjetivo.
- 225.Fato Jurídico.
- 226.Relação Jurídica.
- 227.O Ser humano como sujeito de Direito.
- 228.A evolução do Estado de Direito na proteção aos Direitos Fundamentais.
- 229.Direitos Fundamentais de Proteção ao Meio Ambiente.
- 230.História dos Direitos Fundamentais nas constituições brasileiras.
- 231.Leis abolicionistas na Era Imperial.

232. Acesso à justiça por meios consensuais.

### 3.3.18. Psicologia Jurídica

233. Definição e contextualização histórica da Psicologia Jurídica.

234. Aspectos interdisciplinares da Ciência do Desenvolvimento Humano.

235. Conhecimentos, conceitos e métodos das Ciências Psicológicas aplicados às práticas e às Ciências Jurídicas.

236. Desafios e possibilidades interdisciplinares.

237. Psicologia e Direitos Humanos.

238. Aspectos psicológicos do conflito.

### 3.3.19. Sociologia Geral e Jurídica

239. Contexto histórico do surgimento e evolução da Sociologia.

240. Conceitos fundamentais e matrizes teóricas.

241. A Sociologia como ciência.

242. O objeto do estudo da Sociologia.

243. Transformação social e temas contemporâneos da Sociologia.

244. Controle e Mudança social.

245. Mudanças no mundo do trabalho, neoliberalismo e globalização.

246. Movimentos sociais, cidadania e direitos humanos.

247. Estrutura e organização social.

248. Proteção ao meio ambiente e organização social.

249. Estratificação Social.

250. Instituições Sociais.

251. Multiculturalismo: diversidade cultural e inclusão étnica e racial no Brasil.

252. História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

253. Cultura: Indígena e Quilombola.

254. Direito Quilombola: Resistência e Autonomia Legal.

255. Educação em Direitos Humanos.

256. Respeito às minorias étnicas e inclusão social de grupos minoritários.

257. Introdução de sistemas de cotas compensatórias para grupos minoritários.

258. Educação de Relações Étnico-Raciais na formação da nacionalidade brasileira.

259. Discussão sobre políticas de educação ambiental.

### 3.3.20. Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos

260. Acesso à Justiça.

261. Evolução histórica.

262. Teoria do Conflito.

263. Resolução de conflitos.

264. Conciliação, mediação, arbitragem e processo judicial.

265. Sistema multiportas.

- 266.Características, fases, técnicas dos equivalentes jurisdicionais.
- 267.Mediação Comunitária.
- 268.Juстиça Restaurativa.
- 269.Constelação.

### **3.3.21. Direito da Criança e do Adolescente**

- 270.Evolução e Princípios do Direito da Criança e do Adolescente.
- 271.Sistema de proteção integral.
- 272.Direitos fundamentais e o Estatuto da criança e do Adolescente.
- 273.Política de atendimento à criança e adolescente no Brasil.
- 274.Atos infracionais.
- 275.Medidas socioeducativas.
- 276.Juстиça da infância e da juventude.
- 277.Procedimentos.
- 278.Crimes e infrações administrativas.
- 279.Educação em Direitos Humanos.
- 280.Violência contra a criança e o adolescente (Re.CP/CNE 1/2012).
- 281.Adoção.

### **3.3.22. Direito do Consumidor**

- 282.Proteção constitucional do Consumidor.
- 283.Consumidor e Código do Consumidor.
- 284.Política nacional de relações de consumo.
- 285.Direitos básicos do consumidor.
- 286.Das práticas comerciais.
- 287.Da proteção contratual e das sanções administrativas.
- 288.Infrações penais.

### **3.3.23. Direito do Trabalho**

- 289.Fundamentos constitucionais do Direito do Trabalho.
- 290.Direito do Trabalho na Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Cidadão.
- 291.Noções gerais de Direito do Trabalho.
- 292.Princípios.
- 293.Fontes.
- 294.Relação de emprego.
- 295.Contrato de trabalho.
- 296.Remuneração e salário.
- 297.Jornada de trabalho.
- 298.Descansos remunerados.
- 299.Extinção do contrato de trabalho.
- 300.Temas atuais de Direito do Trabalho.

- 301.Hipóteses de garantia provisória de emprego.
- 302.FGTS.
- 303.Segurança e Saúde do Trabalho – insalubridade e periculosidade.
- 304.Regimes Especiais de Trabalho – trabalho do doméstico, do rural, do bancário, do professor e proteção ao trabalho da mulher e do menor.
- 305.Acidente de trabalho.
- 306.Responsabilidade civil do empregador.
- 307.Prescrição e decadência.
- 308.Direito Coletivo do Trabalho.
- 309.Instrumentos Coletivos do Trabalho.
- 310.Conflitos Coletivos do Trabalho.
- 311.Convenções da Organização Internacional do Trabalho ratificadas pelo Brasil.

#### **3.3.24. Direito Processual do Trabalho**

- 312.Fundamentos do Direito Processual do Trabalho.
- 313.Conceito.
- 314.Histórico.
- 315.Características.
- 316.Comissões de Conciliação Prévia, Justiça do Trabalho.
- 317.Organização.
- 318.Competência.
- 319.Atos, Termos e Prazos Processuais.
- 320.Nulidades.
- 321.Das Partes.
- 322.Representação e Terceiros.
- 323.Ação Trabalhista.
- 324.Dissídio Individual.
- 325.Dissídio Coletivo.
- 326.Recursos.
- 327.Execução.
- 328.Perspectivas do Direito Processual do Trabalho.
- 329.Procedimentos Especiais.

#### **3.3.25. Direito Eleitoral e Partidário**

- 330.Direitos Políticos do cidadão.
- 331.Direitos políticos como Direitos Fundamentais de Primeira geração.
- 332.Direitos constitucionais do eleitor.
- 333.Poder Judiciário Eleitoral.
- 334.Tribunal Superior Eleitoral.
- 335.Direito Eleitoral Material.
- 336.Voto.

- 337.Direito.
- 338.Obrigação e faculdade.
- 339.Partidos políticos e suas evoluções.
- 340.Processo Eleitoral.

### **3.3.26. Direito Empresarial**

- 341.Conceito.
- 342.Histórico.
- 343.Atos de Comércio x Teoria da Empresa.
- 344.A ordem econômica constitucional.
- 345.A função social da empresa e o princípio de sua conservação.
- 346.Aplicabilidade de direitos fundamentais à pessoa jurídica empresarial.
- 347.Empresário: espécies de empresário: Individual e empresário social, qualidades, prerrogativas e obrigações.
- 348.Empresa e Empresário.
- 349.Registro de Comércio.
- 350.Nome Empresarial.
- 351.Escrituração Comercial.
- 352.Propriedade Industrial.
- 353.Sociedades Personificadas e não personificadas (cada espécie de per si).
- 354.Microempresa (LC 123/2006).
- 355.Teorias das Responsabilidades Extraordinárias (Desconsideração da Personalidade Jurídica etc.).
- 356.Responsabilidade penal e civil das empresas por danos ao meio ambiente.
- 357.Responsabilidade social da empresa.
- 358.Direito Empresarial – Títulos de Crédito Noção de Crédito.
- 359.Elementos do Crédito.
- 360.O direito de crédito como instrumento jurídico e econômico para realização de direitos fundamentais.
- 361.Teoria Geral dos Títulos de Crédito.
- 362.Os títulos de crédito como facilitadores de Circulação de Riquezas e a
- 363.Ordem Econômica.
- 364.Conceito dos títulos de crédito.
- 365.Natureza Jurídica e Função Econômica dos Títulos de Crédito.
- 366.Atributos dos Títulos de Crédito: Cartularidade, Literalidade, Autonomia, Abstração, Independência e Formalismo.
- 367.Relação original e relações extracartulares.
- 368.As novas definições do Código Civil.
- 369.Classificação quanto à emissão e circulação.
- 370.Letra de Câmbio.
- 371.Natureza Jurídica e Características.
- 372.Nota Promissória.

- 373.Natureza Jurídica.
- 374.Características.
- 375.Duplicatas.
- 376.Natureza Jurídica.
- 377.Características Cheques.
- 378.Natureza Jurídica e Características.
- 379.Todos os títulos apresentados: requisitos de validade.
- 380.Declarações Cambiais (Saque, Aceite, Endosso, Aval).
- 381.Vencimento e Pagamento.
- 382.Protesto.
- 383.Responsabilidade Socioambiental e redução da emissão de carbono.
- 384.Função social da empresa e sua conservação.
- 385.Crise empresarial.
- 386.Fundamentos do Direito Falimentar.
- 387.Recuperação Judicial.
- 388.Recuperação Extrajudicial.
- 389.Falência.
- 390.Crimes falimentares.
- 391.A nova Lei de Recuperações e Falência (Lei No 11.101, de 09 de fevereiro de 2005).

### **3.3.27. Direito Internacional**

- 392.Objetivo do Direito Internacional, Fontes e Teorias.
- 393.Normas de Direito Internacional.
- 394.Aplicação do Direito Estrangeiro.
- 395.Políticas de imigração.
- 396.Direito do Comércio Internacional.
- 397.Desenvolvimento aliado à sustentabilidade ambiental.
- 398.A sociedade internacional.
- 399.Pessoas internacionais: estatais, interestatais, não estatais.
- 400.Políticas de Educação Ambiental (Lei 97956/1999 e Dec. 4281/2002).
- 401.O Papel do Direito Internacional Ambiental e Questões Relacionadas à Crise Climática.
- 402.Políticas Públicas nas Nações Unidas.
- 403.Órgãos do Estado nas relações internacionais.
- 404.Litígios internacionais.
- 405.Sanções.

### **3.3.28. Direito Penal – parte geral**

- 406.Direitos e garantias fundamentais referentes a Direito Penal.
- 407.Princípios de Direito Penal.

408. Inserção da responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais e nas relações étnico-raciais no direito penal contemporâneo.
409. Fontes do Direito Penal.
410. Interpretação das leis Penais.
411. Legalidade e anterioridade da Lei Penal.
412. Aplicação da Lei Penal no tempo.
413. Tempo e lugar do crime.
414. Aplicação da Lei Penal no espaço.
415. Eficácia de sentença Estrangeira.
416. Contagem de prazo e frações da pena.
417. Conflito aparente de normas.
418. Teoria do crime.
419. Tipicidade.
420. Elementos subjetivos do crime.
421. Dolo e culpa.
422. Crime qualificado pelo resultado.
423. Ilícitude (antijuridicidade).
424. Culpabilidade.
425. Crime consumado e tentativa.
426. Erro de tipo e erro de proibição.
427. Concurso de pessoas.
428. Introdução e teoria da prevenção geral negativa.
429. Teoria da retribuição, da prevenção especial e da prevenção geral positiva.
430. Teorias contemporâneas da pena e a punibilidade da pessoa jurídica nos crimes ambientais.
431. Penas privativas de liberdade.
432. Direito fundamental à liberdade.
433. Penas restritivas de direitos.
434. Penas de multa.
435. Aplicação da pena.
436. Agravantes e atenuantes.
437. Causas de aumento e de diminuição.
438. Concurso de crimes.
439. Suspensão condicional da pena.
440. Livramento condicional.
441. Efeitos da condenação e da reabilitação.
442. Medidas de segurança.
443. Extinção da punibilidade.
444. Prescrição.

### **3.3.29. Direito Penal – parte especial**

445. Crimes contra a pessoa.

- 446. Proteção à diversidade racial.
- 447. Crimes contra o patrimônio.
- 448. Crimes contra a propriedade imaterial.
- 449. Crimes contra a organização do trabalho.
- 450. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos.
- 451. Legislação penal especial correlata.
- 452. Crimes ambientais.
- 453. Crimes de racismo.
- 454. Crimes contra a mulher.
- 455. Crimes contra a dignidade sexual.
- 456. Direito Fundamental à liberdade sexual.
- 457. Crimes contra a família.
- 458. Direito Fundamental à família.
- 459. Crimes contra a incolumidade pública.
- 460. Crimes contra a paz pública.
- 461. Crimes contra a fé pública.
- 462. Crimes contra a administração pública em geral.

### **3.3.30. Direito Processual Penal**

- 463. Teoria Geral do Direito Processual Penal.
- 464. Inquérito Policial.
- 465. Princípios processuais.
- 466. Direitos fundamentais do réu.
- 467. Ação penal pública, privada e privada subsidiária.
- 468. Jurisdição e competência.
- 469. Atribuições do Ministério Público na proteção ao meio ambiente.
- 470. Atribuições do Ministério Público na proteção das minorias.
- 471. Sujeitos do processo.
- 472. Teoria Geral da Prova.
- 473. Processos em espécie: processo comum.
- 474. Processos em espécie: processos especiais.
- 475. Processos em espécie: processo de competência dos tribunais.
- 476. Procedimentos em lei especial: ambiental (Lei 9.605/98).
- 477. Procedimentos em lei especial: antidrogas (Lei 11.343/06).
- 478. Procedimentos em lei especial: Maria da Penha (Lei 11.340/06).
- 479. Sentença.
- 480. Nulidades e Recursos.
- 481. Habeas Corpus.
- 482. Lei de Execução Penal.
- 483. Organização Judiciária Militar.
- 484. Prisão provisória.
- 485. Sanções processuais.



486. Questões e Processos incidentes.

### 3.3.31. Direito Previdenciário

- 487. Dignidade da pessoa humana e o Direito da Seguridade Social.
- 488. Estudo do Direito da Seguridade Social: sua evolução.
- 489. Estudo do Direito da Seguridade Social: denominação.
- 490. Estudo do Direito da Seguridade Social: autonomia.
- 491. Estudo do Direito da Seguridade Social: divisão e fontes.
- 492. Legislação da Seguridade Social.
- 493. Princípios da seguridade social.
- 494. Fontes de custeio da Seguridade Social.
- 495. Segurado.
- 496. Previdência social, prestações e benefícios da Previdência Social.
- 497. Acidente de trabalho.
- 498. Previdência privada.

### 3.3.32. Direito Processual Civil

- 499. Sujeitos do processo: Juiz e seus auxiliares.
- 500. Ministério Público.
- 501. Defensoria Pública.
- 502. Atos processuais.
- 503. Tutela provisória.
- 504. Formação, suspensão e extinção do processo.
- 505. Processo de Conhecimento (procedimento comum): Petição inicial.
- 506. Resposta do réu.
- 507. Revelia.
- 508. Providências preliminares.
- 509. Julgamento conforme o estado do processo.
- 510. Audiência de instrução e julgamento.
- 511. Cumprimento de Sentença e Processo de Execução.
- 512. Noções Gerais.
- 513. Princípios.
- 514. Legitimidade.
- 515. Juízo Competente.
- 516. Título Executivo.
- 517. Espécies: obrigação de fazer e tutela inibitória, entregar coisa certa e incerta, pagamento de quantia.
- 518. Execução contra a Fazenda Pública.
- 519. Execução de Alimentos.
- 520. Meios de defesa.
- 521. Sentença e coisa julgada.
- 522. Processo nos Tribunais.

523.Recursos.

524.Teoria da prova.

525.Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e voluntária do NCPC.

526.Mandado de segurança.

527.Habeas data.

528.Ação civil pública.

529.Execução Fiscal.

530.Juizados especiais Cíveis.

531.Juizados especiais da Fazenda Pública.

532.Juizados especiais Federais.

### **3.3.33. Direito Tributário**

533.A atividade financeira do Estado: o tributo.

534.A atividade financeira do Estado: o financiamento do Estado.

535.A atividade financeira do Estado: a definição das espécies tributárias.

536.A relação jurídico-tributária: a obrigação tributária.

537.O crédito tributário: o lançamento.

538.O crédito tributário: a decadência.

539.O crédito tributário: a prescrição no direito tributário.

540.O crédito tributário: efeitos extintivos, suspensivos e excludentes.

541.O crédito tributário: garantias e privilégios.

542.Legislação tributária: fontes do direito tributário.

543.Legislação tributária: vigência.

544.Legislação tributária: aplicação.

545.Legislação tributária: interpretação.

546.Legislação tributária: integração da legislação tributária.

547.Limitações constitucionais ao poder de tributar: conceitos.

548.Limitações constitucionais ao poder de tributar: bases políticas.

549.Limitações constitucionais ao poder de tributar: o princípio político do consentimento.

550.Limitações constitucionais ao poder de tributar: os princípios constitucionais tributários.

551.Direitos fundamentais do contribuinte.

552.A competência tributária: o conceito de competência tributária.

553.A competência tributária: as bases do federalismo fiscal brasileiro.

554.A competência tributária: espécies de competência tributária.

555.Repartição da Receita Tributária.

556.A administração tributária.

557.O Sistema Tributário Nacional: conceito.

558.O Sistema Tributário Nacional: estrutura.

559.O Sistema Tributário Nacional: bases tributáveis.

560.O Sistema Tributário Nacional: competência tributária.

- 561.O Sistema Tributário Nacional: os tributos de competência da União.
- 562.O Sistema Tributário Nacional: os tributos de competência dos Estados.
- 563.O Sistema Tributário Nacional: os tributos de competência do Distrito Federal.
- 564.O Sistema Tributário Nacional: os tributos de competência dos municípios.
- 565.Incentivos fiscais para a proteção ao meio ambiente.
- 566.Processo Tributário: as ações do fisco.
- 567.Processo Tributário: as ações do contribuinte.
- 568.Ilícito Tributário: os crimes contra a ordem tributária.

### **3.3.34. Economia aplicada ao Direito**

- 569.Conceitos de economia.
- 570.Modelos microeconômicos.
- 571.Modelos Macroeconômicos.
- 572.Mercados e preços.
- 573.Demanda.
- 574.Oferta.
- 575.Teoria da firma.
- 576.Estruturas de mercado.
- 577.Metas de Política Macroeconômica.
- 578.Papel do Governo.
- 579.Fatores econômicos de redução da discriminação étnico-racial.
- 580.Aspectos interdisciplinares da Economia com o Direito Empresarial.
- 581.Aspectos interdisciplinares da Economia com o Direito Financeiro.
- 582.Aspectos interdisciplinares da Economia com o Direito do Consumidor.
- 583.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de educação.
- 584.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de habitação.
- 585.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de saneamento.
- 586.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de saúde.
- 587.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de segurança.
- 588.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de defesa.
- 589.Índice Desenvolvimento Humano - políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

### **3.3.35. Teoria Constitucional**

- 590.Teoria da Norma Constitucional.
- 591.Interpretação Constitucional.
- 592.Princípios e métodos.
- 593.Conceito de Constituição.
- 594.Supremacia da Constituição.
- 595.Poder Constituinte.

### **3.3.36. Teoria Geral do Direito**

596.Pressupostos teóricos de o Direito Contemporâneo.

597.A Teoria Geral do Direito como fundamento do raciocínio jurídico-decisório.

598.Atividade cognitiva e decisão judicial: limites racionais da aplicação da lei.

599.A importância da teoria geral do direito para a dogmática jurídica.

600.Uma nova visão teórica do sistema do Direito: a estrutura fragmentária da Norma Jurídica.

601.Norma Jurídica e decisão judicial.

### **3.3.37. Teoria Geral do Processo.**

602.Teoria Geral do Processo.

603.Norma processual.

604.Princípios e garantias constitucionais do processo.

605.A trilogia estrutural: jurisdição, ação e processo.

606.Jurisdição e competência.

607.Teoria da ação.

608.O processo e o procedimento.

609.A relação jurídica processual.

610.Sujeitos do processo: Partes e seus procuradores.

611.Litisconsórcio.

612.Intervenção de terceiros.

### **3.3.38. Prática Jurídica**

613.Jurisdição e Competência.

614.Organização do Judiciário.

615.Sujeitos processuais.

616.O papel dos operadores do Direito e a lei do exercício profissional.

617.Análise e comentários sobre diversos tipos de procedimentos.

618.Mandato judicial.

619.Atos Processuais.

620.Termos Processuais.

621.Prazos Processuais;

622.Elaboração de peças processuais: fase postulatória (petições iniciais e defesas).

623.Elaboração de peças processuais: fase instrutória.

624.Elaboração de peças processuais: fase recursal.

625.Audiências sumuladas.

626.Pesquisa Jurisprudencial e doutrinária.

627.Estudo de autos findos.

628.Visitas Orientadas.

629.Conciliação.

630.Negociação.

- 631. Mediação.
- 632. Arbitragem.
- 634. Atendimento à população carente
- 635. Identificação de soluções jurídicas para o caso concreto.
- 636. Identificação dos documentos necessários para cada tipo de ação.
- 637. Elaboração de peças processuais na área cível.
- 638. Elaboração de peças processuais na área penal.
- 639. Elaboração de peças processuais na área trabalhista.
- 640. Distribuição da petição inicial.
- 641. Protocolo de petições nos tribunais.
- 642. Acompanhamento de audiências.
- 643. Acompanhamento dos processos dos assistidos.

### **3.3.39. Direito Cibernético**

- 644. Introdução ao Direito Digital.
- 645. A Lei do Processo Eletrônico.
- 646. Direito do Consumidor no meio Eletrônico.
- 647. Responsabilidade civil dos Provedores.
- 648. Monitoramento Eletrônico.
- 649. Crimes Contra a Honra.
- 650. Estelionato Eletrônico.
- 651. Contratos Eletrônicos.
- 652. O valor Probante das Provas Obtidas no Meio Eletrônico.
- 653. Direito Digital e Direito Comunitário.
- 654. Direito Cibernético e Educação em Direitos Humanos: Direito à Intimidade e Direitos Humanos Fundamentais (Re.CP/CNE 1/2012).

### **3.3.40. Direitos Humanos**

- 655. Aspectos históricos dos Direitos Humanos.
- 656. Fundamentação Religiosa, filosófica e científica dos Direitos Humanos.
- 657. Dignidade Humana e vulnerabilidade.
- 658. Fontes dos Direitos Humanos.
- 659. Características e Dimensões dos Direitos Humanos.
- 660. As Nações Unidas.
- 661. As Declarações e os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos.
- 662. Responsabilidade internacional por violação aos Direitos Humanos.
- 663. Sistemas de proteção aos Direitos Humanos.
- 664. Direitos Humanos e o ordenamento jurídico brasileiro.
- 665. A proteção aos diversos grupos vulneráveis.
- 666. A proteção à cultura afro-brasileira e indígena na evolução dos Direitos Humanos (Lei 11.645/2008 e Res.CP/CNE 1/2004).
- 667. Órgãos de Direitos Humanos no Brasil.

668. Questões e problemas atuais de aplicação dos Direitos Humanos.

669. Direitos Humanos, Democracia e Cidadania.

670. Educação e Cultura em Direitos Humanos (Res. CP/CNE 1/2012).

#### 4. Considerações Finais

Este artigo partiu da dificuldade – enfrentada por alunos de graduação em Direito – na escolha do tema de seu Trabalho de Curso, julgando esse processo de delimitação temática mais complexo do que ele efetivamente é. Muitas vezes alguns alunos trazem muitas ideias não sabendo qual escolher, outros já fazem reclamação oposta: dizem não saber sequer por onde começar no que tange à definição de um assunto que poderiam ter interesse.

Como estratégia de facilitação desse processo, este trabalho sugeriu dez passos para que a delimitação do tema ocorra de maneira simples e objetiva, diminuindo o grau de dificuldade geralmente enfrentado. Por óbvio não se constitui o único caminho o aqui proposto, contudo objetiva apenas ser mais uma proposta de cunho didático-metodológico para discentes que enfrentem essa dificuldade.

Além dos dez passos, este manuscrito listou seiscentos e setenta assuntos ou conteúdos subdivididos em quarenta áreas do curso de graduação em Direito. Isso porque há relatos constantes de orientandos com dificuldades de localização de ementários ou planos de ensino, sendo às vezes cobrado por algumas instituições privadas de ensino.

Seria muito interessante se este artigo pudesse despertar em outros docentes orientadores a iniciativa de compartilharem, por meio de publicações, suas experiências e métodos que tenham simplificado a escolha de tema de seus orientandos do Bacharelado em Direito, oportunizando uma troca constante de vivências, tão enriquecedora para todo o professorado que desenvolve orientação em nível de graduação.

#### Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020a. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019a. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019b. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Metodologia Científica e Redação Acadêmica**. 8. ed. Brasília: JRG, 2019c.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de artigo de revisão de literatura. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 08-19, ago. 2020b. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/227>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020c. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resumo estendido. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 20-24, ago. 2020d. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/228>>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.